

D **o s s i Ê**

MERCADOS CONTESTADOS

Livia Barbosa

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/UFRJ), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade de Chicago, EUA, Coordenadora do Grupo de Estudos do Consumo do CNPQ e Pesquisadora Visitante da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). livia.barbosa3@gmail.com

Laura Graziela Gomes

Doutora em Antropologia pelo PPGAS/FFLCH USP, Mestre em Antropologia pelo PPGAS/Museu Nacional da UFRJ. Professora Associada IV do Departamento de Antropologia do PPGA da UFF e Coordenadora do NEMO – Núcleo de Estudos da Modernidade. lauragraziela@gmail.com

Mercados Contestados é o tema e título deste dossiê, composto por seis artigos produzidos a partir do VII encontro Nacional de Estudos de Consumo, do III Encontro Luso-Brasileiro e do II Encontro Latino-Americano de Estudos do Consumo, cujo tema geral foi **Mercados Contestados. Negociando fronteiras da Moral, da Ética, da Religião e da Lei**, realizado sob a coordenação do Grupo de Estudos do Consumo do CNPQ, nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 2014, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

De acordo com o clássico artigo de Igor Kopytoff, *The cultural biography of things: commoditization as a process* (1986), sabemos que a formação de novos mercados e mesmo a expansão daqueles já existentes não ocorrem sem pressões e negociações entre diferentes instituições, conjuntos de atores e valores acerca dos limites da mercantilização admitidos e/ou considerados toleráveis por uma sociedade. Neste sentido, para o autor, a identificação do(s) princípio(s) que rege(m) as discussões em torno daquilo que pode ser considerado ou não uma mercadoria no mundo contemporâneo ocidental não são exatamente “dados”, embora possam fazer parte de princípios estruturais de uma dada sociedade e, que portanto, de alguma forma estarão sempre presentes nestas negociações. Assim sendo, tomando-se os exemplos fornecidos pelo autor para responder a questão central do artigo “o que faz de uma coisa uma mercadoria?”, podemos observar que a escravidão, o aborto e o agenciamento dos serviços sexuais de uma mulher por um terceiro não são necessariamente

alvos universais de repulsa moral contundente. Ao contrário, em muitos casos e contextos de nossa própria sociedade, estamos observando uma transformação dramática, na qual o consenso a respeito dessas três situações apontadas pelo autor estão rompidas, podendo ou não ferir as classificações a respeito de pessoas e coisas, dependendo dos grupos sociais estudados.

Em princípio, no Ocidente, de acordo com a tradição iluminista moderna, somente a segunda categoria – coisas – poderia ser objeto de transações econômicas. Entretanto, sabemos que à exemplo da própria escravidão recente que durou entre nós até o final do século XVIII (1888), do infanticídio feminino praticado na China e do aborto feminino preventivo na Índia, nem sempre as práticas concretas obedecem aos princípios jurídicos, morais, éticos e religiosos das diferentes culturas. Negociações entre as condições reais de existência, valores culturais diversos e moralidades fazem da vida cotidiana de todas as sociedades uma combinação complexa, ambígua e tensa entre o ideal que uma sociedade almeja e o que a realidade da vida cotidiana apresenta. Mesmo considerando que alguns limites da comercialização entre nós sejam obedecidos – coisas nas prateleiras e pessoas do outro lado do balcão como consumidores – isso não significa que em determinadas circunstâncias pessoas e coisas mudem de lugar, ou que mercadorias não sofram contestações, como é o caso dos jogos de azar e das drogas por exemplo, cujas respectivas "contestabilidades" têm variado e oscilado ao longo da história e das culturas. Seguindo ainda Kopytoff (1986), a maior parte das sociedades existentes se agrupam, no que concerne aos seus limites de mercantilização, em torno do centro de um continuum que se estende de um extremo, onde nenhuma coisa pode ser trocada por outra, ou onde existiriam esferas de trocas específicas, como no caso dos TIV¹, a outro extremo em que tudo poderia ser trocado por tudo, cujo exemplo mais debatido é justamente o caso das sociedades pós-industriais de consumo contemporâneo.

¹ Tiv é o nome de um povo/nação africana estudado por Paul Bohannan, cujo sistema econômico era caracterizado por diferentes esferas de troca, no interior das quais apenas determinados bens poderiam ser trocados por outros. Ver: Bohannan P. Some principles of exchange and investment among the Tiv. *American Anthropologist*, 57:60-70, 1955.

Não por acaso, discussões sobre o "processo avassalador de mercantilização da vida cotidiana", vem ganhando espaço nos últimos anos nos levando a debates e questionamentos morais intensos sobre nosso materialismo (Miller;2011), produzindo um sem número de controvérsias em torno do tema da (in)compatibilidade do mercado com o bem comum. Algumas destas controvérsias, extravasaram as fronteiras filosóficas e acadêmicas, como é o caso do livro de Michael Sandel *What Money can't buy* (2012) que chegou às bancas de jornais através da revista Galileu. Em sua capa da edição de julho 2014 (n.276) os editores da revista interrogam: "Você venderia seu rim? Nem por R\$ 350 mil? E prossegue: e pagaria um cambista por um ingresso na final da Copa? Cobraria para doar sangue? E conclui afirmando: "em um mundo onde tudo tem preço, ética, generosidade e honestidade são cada vez mais raras". É esta a sociedade que queremos construir?"

Entretanto, se as afirmações e questões anteriores nos mobilizam, tendo em vista o questionamento moral acerca do avanço de critérios de mercado sobre áreas até então fora de seu alcance, outras questões pertinentes e igualmente desafiadoras se impõem, do ponto de vista da análise sociológica. Primeiro, devemos considerar que, em muitos casos, o "contestado de ontem" se tornou o aceitável "de hoje" e, em muitos casos, até mesmo o desejado e virtuoso. Este é o caso da venda de seguros de vida, estudado por Viviana Zelizer (1983) nos Estados Unidos do século XIX. Segundo a autora, os seguros eram rejeitados, particularmente pelas mulheres, que julgavam a aquisição de seguros de vida como algo que pudesse levar os outros a suporem, que estariam desejando a morte dos maridos, em favor de ganhos pecuniários. Nos tempos de hoje, o seguro de vida, além de se constituir em uma poderosa indústria, a sua aquisição é considerada prova de previdência, cuidado e amor com a família por provê-la na possível ausência futura de provedores. A vítima de ontem, o marido, alvo de uma hipotética ganância feminina, tornou-se o vilão de hoje, caso morra e deixe viúva e orfãos desamparados e desvalidos pela sua imprevidência. Os trabalhos de Hirschfeld (2012) sobre a comercialização da intimidade apontam na mesma direção. Ou seja, são exemplos marcantes da história da moral. Precificar uma vida deixou de ser vilania.

Um segundo fator a considerar é que a contestação moral de uma mercadoria se altera, variando em intensidade e nas justificativas utilizadas ao longo dos anos. Nesses casos, quais os mecanismos que subjazem a essas transformações? Quais os dispositivos, atores e discursos que se criam e formas de articulação que se estabelecem para que novas "mercadorias" apareçam ou deixem de ser contestadas, como é a situação cada vez mais frequente no campo da medicina, devido aos avanços científicos, mais especificamente na área de reprodução humana e de rejeição de tecidos, por exemplo? De acordo com estudos realizados todos estes avanços estão transformando as opções de práticas reprodutivas, de transplante de órgãos e de saúde de modo geral, criando novos tipos de laços entre pessoas e diferentes modalidades de paternidades e maternidades.

A globalização, por seu lado, conectou diferentes culturas, religiões e arranjos legais e institucionais, gerando tensões e dilemas no que concerne à aceitabilidade dessas práticas. Barriga de aluguel, institucionalizada na Índia e gerenciadas por clínicas particulares para as quais afluem centenas de casais de outros países onde tal prática não é permitida, tanto homo como heterossexuais; maternidade com óvulos doados de uma mulher "desconhecida", mas biologicamente mãe de uma futura criança cuja mãe social será outra, extremamente comum no Brasil; venda de órgãos, caso do Irã, no qual a prática é permitida, ou, de sangue, como é o caso nos Estados Unidos, etc, são algumas das novas possibilidades com as quais estamos nos defrontando corriqueiramente na vida contemporânea e que não implicam a comercialização de seres humanos, mas "partes deles, caso dos rins e do sangue, e em outros, ao contrário, promovem a criação de outras vidas humanas, caso da barriga de aluguel e de óvulos doados (Schneider e Trespeuch; 2014; Hochschild; 2012; Sandel; 2012).

No âmbito familiar, de parentesco e pessoal novos e diferenciados tipos de serviços estão se tornando mercados de consumo em franca expansão, em sua maioria geridos privadamente e oferecidos aos consumidores, ao mesmo tempo que um diversificado conjunto de práticas sociais tradicionais – tais como presentes, doações, amizade e amor têm sido transformadas em servi-

ços, como por exemplo, a de namoro e casamento, a de cuidados com crianças, doentes, idosos e animais de estimação. O mesmo estaria ocorrendo em algumas esferas dos denominados “bens públicos” assentados em cidadania compartilhada - como saúde, educação, energia, água, mobilidade e segurança.

Superposições entre a esfera íntima/privada/familiar e a pública ocorrem como consequência dessas mudanças. Um exemplo significativo é a expansão do “mercado” de órgãos humanos que impacta tanto a moralidade e a religião, como as práticas de saúde pública e institucionais, pressionando os limites legais que os condicionam. Esta expansão das fronteiras no interior dos limites entre “o que pode e o que não pode ser comercializável”, precificado, entre o que não existia e o que agora é possível, entre o que podia e agora não se deve e não se pode mais “vender”, leva a mobilizações coletivas, tanto favoráveis quanto contrárias a essas transformações, além de reformulações da lei e da justiça – afinal quais são os direitos de uma mãe de aluguel? – visando a alteração dos marcos regulatórios em vigor, às negociações acerca das novas fronteiras que serão estabelecidas, ao reforço de regulamentações legais existentes ou ao estabelecimento de novas convenções, instituições e serviços públicos e privados. Nesse novo contexto, cabe perguntar: como se constroem as novas justificativas para institucionalizar ou impedir esses novos mercados? Quais serão as novas populações vulneráveis, nos termos discutidos por Steiner e Trespeuch neste dossiê, ou seja aquelas que serão afetadas e deverão “ser protegidas” pela proibição ou legitimação de uma mercadoria contestável? Quais serão os novos empreendedores da moral, aqueles encarregados de defender ou condenar? Quais os novos dispositivos e mecanismos infra-estruturais, as novas regras e instituições que irão operar?

A partir desses exemplos, podemos considerar que, num certo sentido, todo e qualquer mercado, mercadoria e serviço tem o potencial de ser contestado e contestável, na medida em que inovações científicas e tecnológicas e a própria dinâmica social criam novas situações e contextos. Um caso claro é o da alimentação no mundo contemporâneo. Nenhuma troca pode ser

considerada tão antiga e estabelecida, nem tão legítima e moral como a de alimentos. No entanto, quando a consideramos hoje verificamos que nenhuma outra esfera da vida cotidiana encontra-se tão profundamente sob juízo. Nas últimas décadas, a alimentação não só adquiriu uma centralidade e visibilidade que antes lhes eram estranhas (Barbosa, 2009 e 2016), mas se tornou, como sugere Erbstadt (2009) um imperativo categórico, no sentido kantiano, ou seja, temos que comer correto. E o que é correto/certo em termos de dieta esta longe de ser uma "verdade científica" indisputável, pois transita entre um largo espectro de ideologias alimentares que vai da "saudabilidade do alimento" pela sua proximidade com a natureza e distância da indústria, ao bem estar animal, passando pelo questionamento do direito, de nós, humanos, de fazê-los fonte de alimento e prazer, passando pelos impactos que nossas escolhas alimentares causam ao meio ambiente e a preservação de práticas tradicionais. Todas elas com seus respectivos empreendedores morais, discursos e justificativas, que em algumas circunstâncias se opõem de forma intensa e radical e em outros se associam em parcerias estratégicas momentâneas.

Do ponto de vista sociológico, o que cataliza nossa atenção nesta cruzada para aprendermos a comer correto, nada foi poupado, ficou de fora de nossa dieta tradicional, ou pelo menos o que considerávamos como tal. Não só o que se come, como é o caso da carne e da comida processada, mas também, como se come os alimentos (tecnológica de cocção), a forma como o alimento é produzido – caso dos alimentos orgânicos e agro-ecológicos, entre outros – e, fundamentalmente, as condições de trabalho que os produzem foram postos em questão, submetidos aos mais diversos escrutínios morais, éticos, políticos e religiosos. Paralelamente, para esta contestação radical de nossos hábitos alimentares contemporâneos, contribuíram fatores diversos como o aumento do conhecimento da ciência da nutrição, o envelhecimento da população, o aumento das doenças cardiovasculares, o estilo de vida urbano contemporâneo, a crise ecológica, o conhecimento científico sobre os mecanismos sensitivos dos animais, a percepção da comida "saudável" como um dos direitos humanos, dentre outros. Em um único mercado, o de ali-

mentos, temos a interligação de questões filosóficas, políticas, sociais e morais "contestando" um sistema de transações muitas vezes estabelecidas durante séculos em termos de sua micro política e práticas cotidianas, tendo de ser tudo novamente refeito a partir de novos atores, produtos, mecanismos, instituições, relações socioambientais, ao mesmo tempo em que a medida e as atenções da sociedade ultrapassaram as características qualitativas dos produtos e serviços restritos aos pequenos grupos para atender as condições de produção e distribuição, com vistas ao "bem comum". Diga-se de passagem, uma noção de "bem comum" que ficou incomensuravelmente alargada e cada vez mais abstrata e intangível. Pretender fixar o que é o "bem comum" em termos globais é praticamente abrir uma caixa de pandora.

Neste sentido, levando-se em conta as considerações anteriores, não é possível definirmos "mercados contestados" de forma substantiva mas somente de uma perspectiva dinâmica, como sendo aqueles mercados constituídos por "mercadorias e serviços" oferecidos que são alvos de questionamentos acerca de sua legitimidade enquanto tais – seja porque para muitos grupos deixaram de ser percebidos como mercadorias, seja porque para outros continuam sendo percebidos como mercadorias, além de constituírem parte de mercados estatais (nacionais) consolidados (caso da cadeia produtiva da carne no Brasil e um de seus principais produtos de exportação). De toda a forma trata-se de mercados que dependem de parâmetros a serem estabelecidos, regulados, negociados a partir de critérios e distintos grupos no interior das sociedades em momentos históricos diversos. A principal característica desses tipos de mercados é redefinir os limites morais, éticos, ambientais, religiosos e legais de mercados já institucionalizados e em muitos casos, criar novos e desconhecidos que deverão ser institucionalizados, ao se permitir a mercantilização de um conjunto de atividades sociais até então impedidas de serem precificadas. Na condição de terem muitas vezes resultado diretamente de avanços científicos e tecnológicos e de reflexões acerca do papel e da função das instituições sociais, muitos desses "novos mercados" tornaram-se responsáveis pela redefinição constante do que seja público e privado e o que é passível ou não de ser objeto de transação econômica.

Com base na breve introdução acima, o presente dossiê foi organizado a partir de artigos que buscam tratar e desenvolver algumas dessas questões apontadas. O primeiro artigo intitula-se *Contested Market: an overview*, no qual John Wilkinson nos apresenta uma análise crítica do estado da arte acerca do tema no âmbito da sociologia econômica, focando predominantemente em dois tipos de mercado contestados: os ilegais/clandestinos, como drogas, jogos, mercadorias roubadas entre outros, e os novos mercados surgidos dos recentes avanços científicos na área de biociência, de tecnologia da informação, da neurociência, da nanotecnologia e da robótica. Áreas que, como os desenvolvimentos indicam, tendem a se aglutinar em novos campos de conhecimento, estabelecendo fronteiras anteriormente não concebidas no interior das quais ocorrem transações mercadológicas sensíveis e ainda não reguladas. O exame das teses de diferentes autores e das tipologias propostas por alguns deles entre mercados legais, ilegais, e contestados entre outros, que opõem e ou classificam de diferentes formas trocas econômicas, tornam o artigo de Wilkinson uma introdução valiosa sobre o tema do presente dossiê, abrindo caminho para uma leitura mais contextualizadas dos demais artigos, bem como dos dilemas e tensões teóricas que atravessam esse campo. A possibilidade da "contestabilidade" ser a condição de "normalidade" das transações econômicas daqui para a frente é para o autor uma das conclusões a se tirar a partir das teses e análises apresentadas. Um outro ponto considerado por Wilkinson é a alteração da dinâmica dos mercados e das atividades econômicas, que a partir dos questionamentos morais trazidos por essas transformações científicas, sociais e tecnológicas os aproximou dos movimentos sociais. O melhor exemplo, segundo Wilkinson, seria o *organizational gift*, sugerido por Steiner, na medida em que esse traz à tona as misturas heterogêneas – de forças de mercado e de não mercado – que estão se tornando a marca característica da vida econômica das sociedades contemporâneas.

O segundo artigo é o de Philippe Steiner e Marie Trespeuch, denominado **Marchè contestes: contestations morales et populations vulnérables**. O objetivo é examinar as condições que permitem e as que impedem

o funcionamento de mercados contestados, mas articulando-as aos diferentes dispositivos utilizados para identificar aqueles que (e como) devem ser protegidos da existência dos mesmos, e aqueles que (e como) devem ser protegidos pela constituição dos mesmos, ou seja, as populações que os autores denominam de vulneráveis. Esses diferentes grupos são considerados elementos de importância fundamental na compreensão de toda esta nova dinâmica e podem adquirir conotações positivas, de fragilidade, como no caso de uma família de alguém que necessita de um transplante de órgão, ou negativas, como aqueles que operam em defesa da venda deste tipo de mercadoria entre pessoas de uma população economicamente carente. É a partir das controvérsias morais que são estabelecidas entre os diferentes atores com interesses em jogo, os empreendedores da causa como os autores do artigo os denominam, e que se centra nas justificativas levantadas em favor ou contra permissão ou proibição de uma determinada mercadoria é que se estabelecem e se consolidam as diferentes posições. Através de um exercício comparativo entre os jogos de azar, recentemente legalizados na França, e o mercado de órgãos humanos para fins de transplante, Steiner e Trespeuch descrevem como as microestruturas sociais, as regras e as normas que formatam as condições para as transações econômicas, ou seja, quem vende o que, para quem e em quais condições, se conjugam aos dispositivos, no sentido foucaultiano, e ao desenho das disputas morais erguidas em cada caso. Como conclusão, os autores salientam o fato de que os mercados contestados são capazes de "esfriar" as contestações morais que se formam ao seu redor. Isso ocorre fundamentalmente através da comparação de populações vulneráveis com sinais morais contrários. Fazer valer uma mais do que a outra é a tarefa do empreendedor moral, quer ele seja favorável ou desfavorável à existência de uma mercadoria sob judice.

Los juegos de apuesta en la Argentina: la construcción de una mercancía entre la Moral, la Razón y la Patología, de Pablo Figueiro, é o terceiro artigo deste dossiê, e estabelece uma contrapartida comparativa com o trabalho de Steiner e Trespeuch baseados na França, na medida em que trata dos jogos de azar na Argentina. No entanto, o objetivo mais amplo de Figueiro é inves-

tingar as mudanças de justificativas que o mercado de jogos de azar requerem de forma permanente para se tornarem moralmente aceitáveis em uma sociedade. No caso em tela, esta discussão diz respeito a como sociedades, no caso particular, a Argentina, baseadas na valorização do trabalho, do esforço e do mérito transformam uma loteria em uma "atividade econômica saudável" e não em uma ameaça aos laços sociais e familiares, uma das instituições mais vulneráveis, frequentemente invocadas nas discussões morais sobre os jogos de azar. Assim, transmutá-los em algo produtivo, que gere benefícios para a sociedade, como por exemplo encaminhar seus lucros para hospitais e escolas, é parte de estratégias para torná-lo moralmente palatável, dentro dos marcos regulatórios do estado e não entregue aos desvarios das paixões, como diria Hirschman (1999). Esta lavagem moral, pela qual passam todas as mercadorias moralmente contestadas em um determinado contexto histórico, se torna tão ou mais crucial quanto mais contestadas moralmente elas o são, como é o caso da venda dos órgãos e dos jogos de azar aqui examinados neste dossiê.

A partir do histórico do jogo na Argentina, Figueiro nos oferece uma leitura das diferentes transformações pelas quais a indústria de aposta sofreu naquele país, indicando a combinação entre processos mais gerais e outros culturais mais específicos. De um perigo a desintegração da economia, das finanças e das instituições sociais, em suma da moral pública, registra-se uma passagem gradativa para o indivíduo, que tem a responsabilidade de gerenciar a sua própria conduta e evitar que esta se torne uma doença, uma "patologia", em um contexto no qual a indústria das apostas já não mais representa a ameaça social anterior, mas constitui-se em uma atividade dinâmica e um espaço de lazer e divertimento para os consumidores. Desta feita, o jogo como atividade econômica mantém a possibilidade de ser fiscal, econômica e moralmente viável.

Negócios da periferia: comércio de bens e serviços em uma comunidade carioca no contexto das ações de pacificação, de Lúcia Helena Muller, é o quarto artigo. Baseada no conceito de "bazar metropolitano" proposta por Ruggiero e South (1997) que enfatiza os processos de recomposições, redefinições e deslocamentos de fronteiras entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito,

a autora analisa um conjunto de diferentes atividades econômicas que se estabeleceram em uma comunidade carente pacificada da cidade do Rio de Janeiro. A partir de um trabalho de campo desenvolvido no primeiro semestre de 2013, Muller explora não só as diferentes percepções dos moradores sobre a nova dinâmica social, política e econômica ali instalada, a partir do processo denominado de "pacificação", mas sublinha, também, as composições e sobreposições entre atividades econômicas diversas como o comércio de bens e a prestação de serviços de vários tipos que se constituíram, alguns relativos à formalização e outros não de negócios legalmente estabelecidos e formalizados, mas que em alguns casos supriram até mesmo a ausência do estado, como exemplificado no caso do serviço de entrega de correspondência aos moradores da comunidade, instalado após a pacificação.

No interior da efervescência empreendedora da comunidade registrada nesse período, cujos serviços e produtos oferecidos não eram mais frutos exclusivos de ajuda, de prestações comunitárias, de apadrinhamento e clientelismo, a autora constata a reconfiguração das articulações estabelecidas entre diferentes formas tradicionais de pertencimento – como igreja, redes de parentesco, entre outras – e circuitos formais de vendas, como é o caso das revendedoras/consultoras de produtos de beleza de grandes empresas, nacionais e multinacionais, no interior dos quais circuitos locais e globais se encontram. Esses novos processos leva Muller a indagar se os padrões que ordenavam as práticas econômicas e políticas naquele território não estariam em um processo de transformação entre os modos tradicionais de fornecimento de bens e serviços comunitários através dos chefes do tráfico, líderes comunitários e políticos locais, cuja recompensa era de natureza eminentemente política, e os novos negócios, que passaram a oferecer pontes e canais de acesso a bens e serviços em troca de ganhos econômicos.

Uma segunda interrogação da autora era o quanto essas transformações se configurariam em um avanço em termos de justiça social, na medida em que muitas dessas transformações chegam a outros grupos sociais estabelecidos em outros territórios como direitos mínimos ou como necessidades básicas.

Abate humanitário e bem-estar animal: a incorporação das contestações em torno da vida e morte de “animais que SENTEM” nos frigoríficos industriais é o quinto artigo, de autoria de Ana Paula Perrota, inaugura a segunda parte do dossiê, aquela em que as contestações no âmbito da alimentação contemporânea constituem-se como tema central. Partindo de um novo contexto político e moral da alimentação, o artigo tem como objetivo abordar como a rede/cadeia de produção da carne, e mais especificamente o frigorífico, é pressionado a incorporar uma dimensão de “cuidado” e “respeito” aos animais, a partir da assunção de natureza científica de que esses animais sentem e possuem “consciência” sobre sua morte e, portanto, sofrem. Assim sendo, uma série de procedimentos técnicos devem ser adotados pelos agentes econômicos com a finalidade de minimizar o sofrimento físico e psicológico dos animais, principalmente no momento do abate. Ilustrando o processo histórico gradativo de transformação social do animal em carne, objeto reificado, produto industrial anônimo e impessoal, a autora nos permite, perceber com clareza os dilemas e tensões que se estabelecem no interior de um abatedouro em Minas Gerais, onde a autora realizou parte de sua pesquisa de campo. De um lado, temos aqueles que incorporam a lógica de mercado impessoal e homogênea questionando até que ponto as normas de abate humanitário atrapalham o ritmo produtivo do frigorífico e resistem em levar em consideração a nova abordagem. De outro lado, temos os que incorporaram o novo discurso de cuidados e preocupação, para os quais o comportamento dos animais é interpretado por referências a emoções como medo, desconforto, sofrimento entre outros. Mesmo assim, essa subjetividade, como conclui a autora, é incorporada no interior de um discurso técnico, que relaciona os estados “emocionais” dos animais à qualidade da carne. Assim evitar dor, desconforto e estresse é parte do “processo de qualidade” do produto.

Flavia Galindo e Fátima Portilho são as autoras do sexto artigo intitulado **“Desta água não beberei e deste pão não comerei: negociações do comer e representações sociais do risco alimentar**. Neste artigo, as autoras abordam uma das mais profundas ansiedades humanas – o medo de comer que, como Rozin sugere, pode ser simultaneamente “fun” e “fatal”. As diferentes

noções de risco alimentar, construídas e negociadas nas rotinas cotidianas de distintos sujeitos urbanos contemporâneos, têm como eixo teórico o conceito de "food safety", ou seja, o respeito às normas e regras adotadas por diferentes grupos e organizações para evitar a contaminação alimentar acidental, não voluntária. A partir de uma pesquisa empírica realizada com 86 participantes de grupos focais, realizados no Rio de Janeiro, no período de outubro de 2013, as autoras reafirmam a tese de que a noção de confiança é construída a partir da interação de diferentes atores sociais tais como mídia, agentes de mercado, governo, instituições públicas e indústria alimentícia, sendo, portanto, constitutivamente transitória. No caso estudado, os riscos alimentares são objetivados em quatro representações – cidadania, desconfiança, medo e impureza – que articulam-se com os sistemas classificatórios dos consumidores e concretizam-se em práticas de acordo com a maior ou menor oferta de praticidade que as diferentes opções alimentares oferecem no fluxo da vida cotidiana e de estilos de vida desses consumidores. Nesse contexto, a comida de casa e a comida de rua não se opõem, ao contrário se complementam. São ambiências complementares e interdependentes, configurando-se em locais permeados por ambiguidades em relação aos riscos do comer e gerando impactos e transformações para os mercados de alimentos.

O tema do consumo responsável no Brasil é o sétimo artigo e último artigo do presente dossiê. Intitulado, **A atuação dos grupos de consumo responsável no Brasil: expressões de práticas de resistência e intercâmbios em rede**, de autoria de Ligia Scarpa Bensadon, Thais Silva Mascarenhas e Juliana Gonçalves, tem como pressuposto teórico o consumo como um ato político, na medida em que ele pressupõe escolhas e, como tal, tem a capacidade de contribuir para a transformação social ou favorecer a manutenção das dinâmicas já existentes. No caso do consumo responsável, esta dimensão configura-se como uma ação política inovadora e não institucionalizada que busca ampliar a política para o espaço dos mercados e da vida cotidiana.

Baseadas principalmente nas experiências da Rede Brasileira de Grupos de Consumo Responsável (RBGCR), as autoras procuram identificar e interpretar as socio-lógicas e os significados que subjazem as práticas e as articula-

ções em rede adotadas por esses grupos. O significado atribuído pelos próprios participantes da rede e a própria atuação prática, vai além de um entreposto comercial de produtos orgânicos, agroecológicos e de uma expressão de economia solidária. Esses grupos adotam uma visão crítica dos atuais canais de produção, comercialização e consumo dominados por grandes empresas, além de se posicionarem-se como atividades de resistência cotidiana. Além de atuarem localmente, almejam horizontes mais amplos, no caso nacional, a fim de estabelecerem e consolidarem novas "práticas horizontais e de pactuação de responsabilidades entre os atores" da produção, circulação e consumo de alimentos, semelhantes a dos movimentos sociais. Além dessa dimensão de reestruturação prática das relações entre produtores e consumidores, os grupos de consumo responsável propõem novos sentidos e significados de desenvolvimento, os quais questionam o modelo vigente, situando o crescimento econômico acima de qualquer outro interesse. Neste sentido, afirmam as autoras, "contribuem para a renovação do debate político quando reconhecem e afirmam, por meio de suas práticas, que aspectos sociais e ambientais são essenciais para a sociedade, e não apenas econômicos, como propõe a visão restrita e do senso comum sobre o mercado". Elas concluem, afirmando que a opção por um consumo responsável, político, que conecta os participantes desses grupos, tem como referência o exercício da cidadania. Através de ações coletivas, querem garantir o acesso à alimentação saudável e de qualidade, com base em critérios de transparência e não exploração do trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BARBOSA, L. **Tendências da Alimentação Contemporânea**. Juventude, consumo e educação 2. Porto Alegre, ESPM, 2009.
2. Barbosa, L. **A Ética e a Estética na Alimentação Contemporânea**. In. CRUZ, F.T.; MATTE, A.; SCHNEIDER, S. **Produção, Consumo e Abastecimento Alimentar: desafios e novas estratégias**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2016.
3. Bohannan P. Some principle of exchange and investment among the Tiv. **American Anthropologist**, 57:60 - 70, 1955.

4. EBERSTADT, M. **Is Food, the New Sex? A curious reversal in moralizing.** Policy Review, n.153, February and March, 2009.
5. Kopytoff, I. **The cultural biography of things: commoditization as a process.** In Appadurai, A. *The Social Life of things. Commodities in cultura perspective.* Cambridge University Press, Camobridge, 1986.
6. HIRSCHMAN, A. **Las pasiones y los intereses.** Barcelona: Ediciones Península, 1999.
7. Hochild, A., **The Outsourced self.** Metropolitan books, 2012.
8. Steiner, P. et Trespeuch, M. **Marchés Contestés. quandl le marché rencontre la morale.** Toulouse, Press Universitaires du Mirail, 2014.
9. Zelizer, V. **Morals and Markets. The development of life insurance in the United states.** New Brunswick, Transaction Publisher, 1983.